

NESTOR TÁVORA

Ex-Defensor Público – AL. Advogado. Mestre em Direito Público pela Universidade Federal da Bahia. Especialista em Ciências Criminais pelas Faculdades Jorge Amado. Professor da Escola de Magistrados da Bahia. Professor da Fundação Escola Superior do Ministério Público da Bahia. Professor da Escola Superior de Advocacia Orlando Gomes. Professor da Faculdade Baiana de Direito nos cursos de graduação e Pós-Graduação. Professor do Curso Juspodivm-BA e dos Cursos Telepresenciais LFG e Praetorium.

e-mail: nestor.tavora@terra.com.br

ROSMAR RODRIGUES ALENCAR

Juiz Federal em Alagoas. Doutorando em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Mestre em Direito pela Universidade Federal da Bahia. Especialista em Direito Processual Penal pela Fundação Escola Superior do Ministério Público do Rio Grande do Norte. Ex-Promotor de Justiça do Ministério Público do Rio Grande do Norte. Ex-Defensor Público da União. Professor de Direito Processual Penal em Cursos de Pós-Graduação, Aperfeiçoamento de Magistrados e de Membros do Ministério Público e em Cursos de Graduação (FITS/AL, CESMAC/AL e IESC/AL).

e-mail: rosmar.antonni@gmail.com

CURSO DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

10ª EDIÇÃO

REVISTA, AMPLIADA E ATUALIZADA

2015



EDITORA
hs PODIVM

www.editorajuspodivm.com.br



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Mato Grosso, 175 – Pituba, CEP: 41830-151 – Salvador – Bahia
Tel: (71) 3363-8617 / Fax: (71) 3363-5050 • E-mail: fale@editorajuspodivm.com.br

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Capa: Rene Bueno e Daniela Jardim (www.buenojardim.com.br)

Diagramação: Caeté Coelho (caete1984@gmail.com)



Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

Copyright: Edições JusPODIVM

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

Sumário

ÍNDICE	23	7. A Lei Processual Penal no Tempo.....	45
NOTA À 10ª EDIÇÃO	27	7.1. Retroatividade pro réu	47
CAPÍTULO I		7.2. <i>Vacatio legis</i> do Novo Código de	47
LINHAS INTRODUTÓRIAS		Processo Civil	47
1. Direito Processual Penal	29	8. A Lei Processual Penal no Espaço	48
1.1. Conceito e finalidade.....	29	9. Princípios processuais Penais	50
1.2. Características.....	30	9.1. Princípio da presunção de	51
1.3. Posição enciclopédica.....	31	inocência ou da não-culpabilidade	51
2. Entendendo o tema.....	31	9.2. Princípio da imparcialidade do juiz	52
2.1. Interesse	31	9.3. Princípio da igualdade processual.....	53
2.2. Pretensão.....	31	9.4. Princípio do contraditório ou	54
2.3. Lide.....	32	bilateralidade da audiência	54
2.4. Ação	33	9.5. Princípio da ampla defesa	55
2.5. Processo.....	33	9.6. Princípio da ação, demanda ou	57
2.5.1. Procedimento (aspecto	34	iniciativa das partes	57
objetivo do processo).....	34	9.7. Princípio da oficialidade	57
2.5.2. Relação jurídica processual	34	9.8. Princípio da oficiosidade	57
(aspecto subjetivo do processo)	34	9.9. Princípio da verdade real	57
3. Sistemas processuais	35	9.10. Princípio da obrigatoriedade.....	58
3.1. Sistema inquisitivo.....	35	9.11. Princípio da indisponibilidade	59
3.2. Sistema acusatório	37	9.12. Princípio do impulso oficial	60
3.3. Sistema misto ou acusatório formal ...	38	9.13. Princípio da motivação das decisões	60
4. Fontes	39	9.14. Princípio da publicidade.....	61
4.1. Conceito.....	39	9.15. Princípio do duplo grau de jurisdição	62
4.2. Classificação.....	39	9.16. Princípio do juiz natural.....	63
5. Analogia	40	9.17. Princípio do promotor natural	64
5.1. Conceito.....	40	ou do promotor legal	64
5.2. Espécies	41	9.18. Princípio do defensor natural.....	65
5.3. Aplicação subsidiária do Novo	41	9.19. Princípio do devido processo legal ...	66
Código de Processo Civil.....	41	9.20. Princípio do favor rei ou favor réu	66
6. Interpretação da Lei Processual	42	9.21. Princípio da economia processual	67
6.1. Quanto à origem ou ao sujeito	43	9.22. Princípio da oralidade.....	67
que a realiza.....	43	9.23. Princípio da autoritariedade	69
6.2. Quanto ao modo ou aos meios	44	9.24. Princípio da duração razoável	69
empregados	44	do processo penal	69
6.3. Quanto ao resultado	45	9.25. Princípio da proporcionalidade	72
		9.26. Princípio da inexigibilidade de	74
		autoincriminação.....	74

9.27. Princípio da cooperação processual (positivado pelo Novo CPC)	76	7.4. Controle dos prazos e o sistema de acompanhamento inaugurado pela Lei nº 12.714/2012	123
10. Quadro sinótico	77	8. Valor probatório	124
11. Súmulas Aplicáveis	84	9. Vícios	126
11.1. STJ	84	10. <i>Notitia criminis</i> (notícia do crime)	127
11.2. STF	84	10.1. Conceito	127
12. Informativos recentes	84	10.2. Espécies	128
12.1. STJ	84	11. Peças inaugurais do inquérito policial	130
12.2. STF	87	12. Incomunicabilidade	131
13. Questões de concursos públicos	88	13. Providências	132
14. Gabarito Anotado	90	13.1. Reprodução simulada dos fatos	139
15. Questões discursivas com comentários	91	13.2. Indiciamento	140
16. Questões para treinar (sem comentários) 97		14. Encerramento	147
16.1. Gabarito	101	14.1. Crimes de ação penal pública	148
			
1. A persecução criminal	103	14.2. Crimes de ação penal privada	168
2. Polícia Judiciária e Polícia Administrativa... 104		15. Considerações finais	169
2.1. Polícia administrativa ou de segurança	104	15.1. Termo circunstanciado	169
2.2. Polícia judiciária	104	15.2. Controle externo da atividade policial	170
3. Conceito e Finalidade do Inquérito Policial 105		16. Quadro Sinótico	170
3.1. Natureza jurídica do inquérito	106	17. Súmulas aplicáveis	175
4. Inquéritos não policiais	106	17.1. STJ	175
5. Características do Inquérito Policial	111	17.2. STF	175
5.1. Discricionariedade	111	18. Informativos recentes	175
5.2. Escrito	112	18.1. STJ	175
5.3. Sigiloso	112	18.2. STF	177
5.4. Oficialidade	115	19. Questões de concursos públicos	177
5.5. Oficiosidade	115	20. Gabarito Anotado	181
5.6. Indisponibilidade	116	21. Questões discursivas com comentários	182
5.7. Inquisitivo	116	22. Questões para treinar (sem comentários) 196	
5.8. Autoritariedade	118	22.1. Gabarito	200
5.9. Dispensabilidade	118		
6. Competência (atribuição)	119	1. Conceito	201
6.1. Critério territorial	119	2. Características	202
6.2. Critério material	119	2.1. Localização no ordenamento jurídico	203
6.3. Critério em razão da pessoa	120	3. Condições da ação	203
7. Prazos	121	3.1. Conceito	203
7.1. Regra geral	121	3.2. Oportunidade para verificação das condições da ação	211
7.2. Prazos especiais	122	3.3. Supressão da categoria “condições da ação” no Novo CPC	212
7.3. Contagem do prazo	122		

3.4. Reflexos do Novo CPC no direito processual penal em razão da supressão da categoria "condições da ação"	214	7.6.4. Recurso para combater a rejeição	257
4. Classificação das ações	214	7.6.5. Fundamentação do recebimento e recebimento tácito	257
4.1. Ação penal pública incondicionada	215	8. Quadro Sinótico	258
4.1.1. Conceito e titularidade	215	9. Súmulas aplicáveis	266
4.1.2. Princípios informadores	216	9.1. STJ	266
4.2. Ação pública condicionada	221	9.2. STF	266
4.2.1. Conceito e considerações	221	10. Informativos recentes	266
5. Ação penal privada	227	10.1. STJ	266
5.1. Conceito e considerações	227	10.2. STF	268
5.2. Titularidade	228	11. Questões de concursos públicos	270
5.3. Princípios	228	12. Gabarito Anotado	272
5.4. Espécies de ação penal privada	234	13. Questões discursivas com comentários	273
5.5. Custas e honorários advocatícios	236	14. Questões para treinar (sem comentários)	289
6. Questões complementares	237	14.1 Gabarito	292
6.1. Ação de prevenção penal	237	CAPÍTULO IV	
6.2. Ação penal <i>ex officio</i>	237	AÇÃO CIVIL EX DELICTO	
6.3. Ação penal pública subsidiária da pública	237	1. Considerações iniciais: relação entre o direito processual penal e o direito comum (reflexos do Novo CPC)	293
6.4. Ação penal popular	238	2. Legitimidade ativa e passiva	296
6.5. Ação penal nos crimes contra a dignidade sexual	239	3. Competência na ação reparatoria	297
6.5.1. Direito intertemporal	242	4. Sistemas processuais	298
6.6. Ação penal nos crimes contra a honra de funcionário público	242	5. Suspensão da demanda civil e os reflexos do novo CPC	301
6.7. Ação penal secundária	243	5.1. Regime legal da suspensão	301
6.8. Ação penal adesiva	244	6. Execução da sentença condenatória penal	302
6.9. Ação penal na injúria por preconceito	244	7. Sentença absolutória e subordinação temática	303
6.10. Ação penal extensiva	245	8. Efeitos civis de outras sentenças e decisões penais	307
6.11. Ação penal de segundo grau	245	8.1. Decisão de arquivamento do inquérito policial	308
7. Inicial acusatória	245	8.2. Decisão que julgar extinta a punibilidade	308
7.1. Conceito	245	8.3. Sentença absolutória imprópria	311
7.2. Requisitos formais	246	8.4. Sentença absolutória prolatada pelo Júri Popular	311
7.3. Prazos para oferta da denúncia	251	8.5. Sentença homologatória de transação penal	311
7.3.1. Prazos especiais para oferta da denúncia	251	9. Revisão criminal e ação rescisória	312
7.3.2. Início da contagem do prazo e o seu encerramento	252	10. Prazo prescricional	312
7.3.3. Desatendimento do prazo	252	11. Quadro Sinótico	312
7.4. Prazos para oferta da queixa-crime	252	12. Súmulas Aplicáveis	315
7.4.1. Prazos especiais	253	12.1. STJ	315
7.5. Aditamento da queixa	253	13. Informativos recentes	315
7.6. Rejeição da denúncia ou queixa	254	13.1. STJ	315
7.6.1. Repropositura da ação	256		
7.6.2. Rejeição X não recebimento	256		
7.6.3. Rejeição parcial	256		

13.2. STF.....	316	2.5. Competência pela natureza da infração	366
14. Questões de concursos públicos	317	2.6. Colegiado de primeiro grau de jurisdição: lei nº 12.694/2012	366
15. Gabarito Anotado	319	2.6.1. Considerações gerais.....	366
16. Questões discursivas com comentários	320	2.6.2. Objetivos da instituição de colegiado no âmbito do juízo de primeiro grau.....	368
17. Questões para treinar (sem comentários)	321	2.6.3. Procedimento para formação de colegiado de primeiro grau.....	369
17.1. Gabarito	321	2.6.4. Interpretação conforme a Constituição: princípio do juiz natural ..	375
CAPÍTULO V			
JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA			
1. Jurisdição	323	2.6.5. Interpretação conforme a Constituição: vedação de menção a voto divergente	376
1.1. Conceito.....	323	2.7. Competência <i>ratione personae</i> ou <i>ratione functionae</i>	377
1.1.1. Jurisdição típica: Poder Judiciário ou Justiça Ordinária	324	2.7.1. Prerrogativa de função e manutenção do cargo ou mandato	379
1.1.2. Jurisdição Atípica: Justiça Extraordinária ou Justiça Política	325	2.7.1.1. Antes do exercício de função com prerrogativa de foro ou regra da atualidade	380
1.2. Princípios	326	2.7.1.2. Durante o exercício de função com prerrogativa de foro ou regra da contemporaneidade	380
1.2.1. Investidura	326	2.7.1.3. Após o exercício da função com prerrogativa de foro	381
1.2.2. Indelegabilidade	327	2.7.2. Prerrogativa X tribunal do júri.....	381
1.2.3. Juiz natural.....	327	2.7.3. Prerrogativa funcional dos prefeitos.....	381
1.2.4. Inafastabilidade	329	2.7.4. Foro privilegiado e deslocamento	382
1.2.5. Inevitabilidade ou irrecusabilidade	330	2.7.5. Prerrogativa de função: crime de responsabilidade x improbidade administrativa.....	382
1.2.6. Correlação ou relatividade.....	330	2.7.6. Prerrogativa de função e indiciamento.....	383
1.2.7. Devido processo legal	334	2.7.7. Duplo grau de jurisdição x cessação da prerrogativa de função	383
1.3. Características.....	334	2.7.8. Prerrogativa de função fixada na Constituição Estadual e princípio da simetria ou do paralelismo	384
1.3.1. Inércia	334	2.7.9. Prerrogativa de função e exceção da verdade.....	385
1.3.2. Substitutividade.....	335	2.8. Competência absoluta X relativa	386
1.3.3. Lide	335	2.9. Prevenção	389
1.3.4. Atuação do direito.....	336	2.10. Distribuição.....	390
1.3.5. Imutabilidade	336	2.11. Conexão e continência	390
2. Competência.....	337	2.11.1. Conexão.....	391
2.1. Conceito.....	337	2.11.2. Continência.....	392
2.2. Critérios	338	2.12. Foro prevalente	392
2.2.1. Competência material.....	338		
2.2.2. Competência funcional	338		
2.3. Competência <i>ratione materiae</i>	339		
2.3.1. Justiça comum estadual.....	339		
2.3.2. Justiça comum federal	341		
2.3.3. Competência da justiça especializada militar	356		
2.3.4. Competência da justiça especializada eleitoral	359		
2.4. Competência <i>ratione loci</i>	360		
2.4.1. Domicílio ou residência do réu ...	363		
2.4.2. Critério subsidiário	363		
2.4.3. Crimes praticados a bordo de navios ou aeronaves.....	364		
2.4.4. Crimes praticados no exterior.....	365		
2.4.5. Súmulas aplicadas	366		

2.13. Separação de processos	395	2.1.4. Prejudicial devolutiva e não devolutiva (princípio da suficiência)	452
2.13.1. Separação obrigatória	395	2.2. Natureza jurídica e características	453
2.13.2. Separação facultativa	397	2.2.1. Natureza Jurídica	453
2.14. <i>Perpetuatio jurisdictionis</i>	398	2.2.2. Características	454
2.14.1. Surgimento de nova vara (remissão ao Novo CPC)	399	2.3. Sistemas de solução	455
2.15. Prorrogação de competência	401	2.4. Processamento da prejudicial obrigatória e da facultativa	456
2.15.1. Noção	401	2.4.1. Pressupostos.....	456
2.15.2. Prorrogação necessária	401	2.4.1.1. Para o reconhecimento de prejudicial obrigatória (devolutiva absoluta, heterogênea referente ao estado civil das pessoas – art. 92, CPP).....	456
2.15.3. Prorrogação facultativa	401	2.4.1.2. Para o reconhecimento de prejudicial facultativa (devolutiva relativa, heterogênea diversa do estado civil das pessoas – art. 93, CPP)	458
3. Quadro Sinótico.....	402	2.4.2. Procedimento	459
4. Súmulas aplicáveis.....	412	2.4.2.1. Em razão de prejudicial obrigatória (devolutiva absoluta, heterogênea referente ao estado civil das pessoas)	459
4.1. STJ	412	2.4.2.2. Em razão do reconhecimento de prejudicial facultativa (devolutiva relativa, heterogênea diversa do estado civil das pessoas)	461
4.2. STF.....	413	2.5. Recursos.....	462
5. Informativos recentes.....	413	2.6. Prescrição.....	462
5.1. STJ	413	3. Exceções.....	463
5.2. STF.....	418	3.1. Conceito.....	463
6. Questões de concursos públicos	424	3.2. As espécies de exceções e seus processamentos.....	466
7. Gabarito Anotado.....	426	3.2.1. Exceção de suspeição	466
8. Questões discursivas com comentários	428	3.2.2. Exceção de incompetência.....	471
9. Questões para treinar (sem comentários)	438	3.2.3. Exceção de litispendência	473
9.1. Gabarito.....	442	3.2.4. Exceção de ilegitimidade de parte	475
		3.2.5. Exceção de coisa julgada (<i>exceptio rei judicatae</i>)	476
		4. Incompatibilidades e impedimentos: reflexos do novo CPC.....	481
		4.1. Processamento	483
		4.2. Efeitos	485
		4.3. Recursos.....	485
		5. Conflito de jurisdição.....	485
		5.1. Espécies e competência	486
		5.2. Arguição do conflito	487
		5.3. Processamento	489

5.4. Recursos.....	489	8.8.2. Embargos.....	520
6. Conflito de atribuições.....	490	8.8.3. Recurso.....	520
6.1. Competência para dirimir o conflito...	490	9. Incidente de falsidade.....	521
6.2. Processamento.....	491	9.1. Introdução.....	521
7. Restituição de coisas apreendidas.....	492	9.2. Espécies.....	522
7.1. Introdução.....	492	9.3. Legitimidade.....	522
7.2. Autoridade restituinte.....	493	9.4. Procedimento do incidente.....	523
7.3. Confisco.....	494	9.5. Efeitos.....	523
7.4. Procedimento da restituição.....	494	9.6. Recurso.....	524
7.5. Recurso.....	495	10. Incidente de insanidade mental.....	525
8. Medidas assecuratórias.....	496	10.1. Introdução.....	525
8.1. Noção e espécies.....	496	10.2. Procedimento.....	525
8.2.1. Pressupostos para decretação das medidas assecuratórias: <i>fumus comissi delicti e periculum libertatis</i>	499	10.3. Sequência.....	526
8.2.2. Possibilidade de alienação antecipada dos bens onerados.....	503	10.4. Recurso.....	527
8.4. Sequestro de bens imóveis.....	508	10.5. Insanidade que se manifesta no cumprimento da pena.....	527
8.4.1. Cabimento.....	509	10.6. Insanidade superveniente.....	527
8.4.2. Embargos.....	509	11. Ação civil de confisco (<i>civil forfeiture action</i>).....	528
8.4.3. Recurso.....	510	11.1. Noção.....	528
8.4.4. Levantamento.....	510	11.2. Distinções.....	528
8.4.5. Destinação ao final do processo.	511	11.3. Finalidade.....	528
8.5. Sequestro de bens móveis.....	511	11.4. Perdimento de bens segundo o direito brasileiro.....	529
8.5.1. Cabimento.....	511	11.5. Necessidade de criação de ação civil de confisco com objeto amplo.....	529
8.5.2. Embargos.....	512	11.6. Existência de ação confiscatória no direito brasileiro restrita aos delitos de entorpecentes.....	529
8.5.3. Recurso.....	512	12. Quadro Sinótico.....	530
8.5.4. Levantamento.....	512	13. Súmulas Aplicáveis.....	545
8.5.5. Destinação ao final do processo.	512	13.1. STJ.....	545
8.6. Hipoteca legal.....	512	13.2. STF.....	545
8.6.1. Cabimento e legitimidade.....	512	14. Informativos recentes.....	545
8.6.2. Embargos.....	513	14.1. STJ.....	545
8.6.3. Procedimento.....	513	14.2. STF.....	546
8.6.4. Recurso.....	514	15. Questões de concursos públicos.....	548
8.6.5. Levantamento.....	514	16. Gabarito Anotado.....	552
8.6.6. Destinação ao final do processo.	516	17. Questões discursivas com comentários....	554
8.7. Arresto de bens móveis (antigo sequestro definitivo ou subsidiário).....	516	18. Questões para treinar (sem comentários)	555
8.7.1. Cabimento.....	516	18.1. Gabarito.....	558
8.7.3. Procedimento.....	517	CAPÍTULO VII PROVA	
8.7.4. Recurso.....	517	1. Teoria Geral da Prova.....	559
8.7.5. Levantamento.....	518	1.1. Conceito e finalidade.....	559
8.7.6. Destinação ao final do processo.	518	1.2. Destinatários.....	562
8.8. Arresto de imóveis (antigo sequestro prévio).....	519	1.3. Natureza jurídica.....	562
8.8.1. Cabimento.....	519	1.4. Objeto.....	563

1.5. Classificação da prova	564	1.13.1. Princípio da autorresponsabilidade das partes	597
1.5.1. Quanto ao objeto	564	1.13.2. Princípio da audiência contraditória	597
1.5.2. Quanto ao efeito ou valor	565	1.13.3. Princípio da aquisição ou comunhão	597
1.5.3. Quanto ao sujeito ou causa	566	1.13.4. Princípio da oralidade	598
1.5.4. Quanto à forma ou aparência.....	566	1.13.5. Princípio da publicidade.....	598
1.5.5. Quanto à possibilidade de renovação em juízo	566	1.13.6. Princípio do livre convencimento motivado	598
1.5.6. Quanto ao momento procedimental	566	1.14. Procedimento probatório.....	599
1.5.7. Quanto à previsão legal	567	1.15. Cooperação Jurídica Internacional para produção probatória positivada no Novo CPC.....	600
1.5.8. Quanto à finalidade da prova	568	2. Provas em espécie	603
1.5.9. Quanto à imposição legal da forma da prova	569	2.1. Exames periciais	603
1.6. Meios de prova	570	2.1.1. Considerações gerais.....	603
1.7. Vedação probatória	570	2.1.1.1. Assistente técnico.....	605
1.8. Teorias sobre o tema “provas ilícitas”.	573	2.1.2. Realização das perícias.....	606
1.8.1. Teoria dos frutos da árvore envenenada (<i>fruits of the poisonous tree</i>), teoria da ilicitude por derivação ou “ <i>taint doctrine</i> ”	573	2.1.3. Apreciação dos laudos periciais..	607
1.8.1.1. Teorias decorrentes.....	575	2.1.4. Exame de corpo de delito	607
1.8.2. Princípio da proporcionalidade ou razoabilidade	579	2.1.5. Necessidade do laudo.....	609
1.8.3. Teoria da exclusão da ilicitude da prova	581	2.1.6. Outras perícias.....	609
1.8.4. Princípio da serendipidade	582	2.1.6.1. Exame necroscópico.....	609
1.8.5. Inutilização da prova ilícita.....	584	2.1.6.1.1. Exumação	610
1.9. Prova emprestada	585	2.1.6.2. Exame de lesões corporais.....	611
1.10. Ônus da prova	588	2.1.6.3. Perícia em incêndio.....	612
1.10.1. Classificação do ônus da prova .	589	2.1.6.4. Perícia laboratorial	612
1.10.1.1. Quanto à consequência da omissão em se desincumbir do ônus	589	2.1.6.5. Exame grafotécnico.....	612
1.10.1.2. Quanto ao destinatário do ônus	590	2.1.6.6. Exame nos instrumentos da infração	613
1.10.2. Inversão do ônus da prova.....	590	2.1.6.7. Exame na destruição ou rompimento de obstáculo e na escalada	613
1.11. Iniciativa do juiz	593	2.1.6.8. Avaliação.....	614
1.12. Sistemas de apreciação da prova	595	2.1.6.9. Exame de embriaguez ao volante	615
1.12.1. Sistema da certeza moral do juiz ou íntima convicção ou “ <i>secunda conscientia</i> ”	595	2.2. Interrogatório do acusado.....	617
1.12.2. Sistema da certeza moral do legislador, das regras legais ou da prova tarifada	595	2.2.1. Conceito e natureza jurídica	617
1.12.3. Sistema do livre convencimento motivado ou persuasão racional	596	2.2.2. Necessidade e reinterrogatório ..	618
1.13. Princípios da prova	597	2.2.3. Formalidades do interrogatório ..	619
		2.2.4. Procedimento	623
		2.2.4.1. Preliminares.....	623
		2.2.4.2. Conteúdo.....	624
		2.2.4.3. Formalidades	626
		2.2.4.4. Interrogatório do réu menor de vinte e um anos.....	627

2.2.4.5. Compatibilidade com o inquérito policial.....	627	2.5.7.2. Testemunhas ausentes.....	663
2.2.4.6. Interrogatório por videoconferência	628	2.5.8. Lugar do depoimento, precatória e videoconferência	663
2.3. Confissão.....	630	2.5.9. Testemunho dos militares e funcionários públicos	665
2.3.1. Conceito e objeto	630	2.5.10. Procedimento para tomar o depoimento	665
2.3.2. Natureza jurídica	630	2.5.11. O depoimento	667
2.3.3. Espécies	630	2.5.12. Falso testemunho e prisão em flagrante	670
2.3.4. Requisitos	632	2.5.13. Competência para julgamento do falso testemunho.....	672
2.3.5. Peculiaridades	632	2.5.14. Proteção	672
2.3.6. Valor probatório	633	2.5.15. Valor Probatório	672
2.3.7. Delação e delação premiada.....	633	2.6. Reconhecimento de pessoas e coisas .	673
2.3.7.1. A colaboração premiada da Lei nº 12.850/2013 e os demais meios específicos de obtenção de prova previstos para o combate à criminalidade organizada.	640	2.6.1. Conceito e natureza jurídica	673
2.3.7.1.1. Distinções conceituais.....	640	2.6.2. Reconhecimento de pessoas	673
2.3.7.1.1.1. Elementos de informação e prova	640	2.6.2.1. Procedimento	673
2.3.7.1.1.2. Associação criminosa e organização criminosa	642	2.6.2.2. Intimidação.....	674
2.3.7.1.2. Os meios específicos de obtenção de prova	645	2.6.3. Reconhecimento fotográfico e fonográfico.....	675
2.3.7.1.3. Interpretação da Lei nº 12.850/2013	649	2.6.4. Reconhecimento de coisas.....	675
2.3.7.1.4. Requisitos à aplicação da delação premiada da Lei nº 12.850/2013	650	2.7. Acareação	675
2.3.7.1.5. A decisão homologatória da colaboração premiada da Lei nº 12.850/2013	651	2.7.1. Conceito e natureza	675
2.4. Perguntas ao ofendido	653	2.7.2. Pressupostos.....	675
2.4.1. Considerações gerais: conceito e natureza	653	2.7.3. Procedimento.....	676
2.4.2. Repercussões processuais.....	653	2.7.4. Valor probatório	676
2.4.3. Valor probatório das declarações do ofendido	654	2.8. Documentos	676
2.4.4. Prerrogativas do ofendido.....	655	2.8.1. Conceito.....	676
2.5. Testemunhas.....	656	2.8.2. Espécies	677
2.5.1. Conceito e natureza	656	2.8.3. Requisitos	678
2.5.2. Características da prova testemunhal.....	656	2.8.4. Produção	678
2.5.3. Recusa e impedimento	657	2.8.5. Tradução	679
2.5.4. Demais vedações.....	658	2.8.6. Restituição	680
2.5.5. Deveres da testemunha	659	2.9. Indícios e presunções	680
2.5.6. Número de testemunhas	660	2.9.1. Conceito.....	680
2.5.7. Classificação.....	660	2.9.2. Classificação.....	681
2.5.7.1. Testemunha anônima.....	662	2.9.3. Valor probatório	681
		2.10. Busca e apreensão.....	682
		2.10.1. Conceito e natureza jurídica	682
		2.10.2. Iniciativa	683
		2.10.3. Objeto	683
		2.10.4. Momento.....	684
		2.10.5. Espécies	684
		2.10.5.1. Busca domiciliar	685
		2.10.5.2. Busca pessoal	690
		2.11. Interceptação telefônica.....	691

2.11.1. Noções fundamentais	691		
2.11.1.1. Interceptação telefônica	693		
2.11.1.2. Escuta telefônica	695		
2.11.1.3. Gravação telefônica.....	696		
2.11.1.4. Registro telefônico	698		
2.11.1.5. Interceptação ambiental.....	699		
2.11.1.6. Gravação ambiental	701		
2.11.1.7. Interceptação do fluxo de comunicações em sistemas de informática e de telemática	701		
2.11.1.8. Distinções entre sigilos: telefônico, de dados, fiscal, bancário e financeiro.....	703		
2.11.1.9. Sigilo de dados e sigilo do fluxo de comunicações através do uso da Internet – Lei nº 12.965/2014	705		
2.11.2. Iniciativa	708		
2.11.3. Limites à interceptação de comunicações telefônicas	709		
2.11.4. Procedimento e requisitos ao deferimento da medida	712		
2.11.5. Prazo e renovação da interceptação telefônica.....	715		
2.11.6. Condução da interceptação e acompanhamento pelo Ministério Público	716		
2.11.7. Transcrição da gravação e auto circunstanciado	717		
2.11.8. Encontro fortuito de provas ou “serendipidade”	719		
2.11.9. Inutilização de gravação.....	720		
2.11.10. Proteção penal e administrativa.....	721		
2.11.11. Problemas de direito intertemporal	721		
3. Quadro Sinótico.....	723		
4. Súmulas aplicáveis.....	748		
4.1. STJ.....	748		
4.2. STF.....	748		
5. Informativos recentes.....	748		
5.1. STJ.....	748		
5.2. STF.....	751		
6. Questões de concursos públicos.....	754		
7. Gabarito Anotado.....	758		
8. Questões discursivas com comentários.....	759		
9. Questões para treinar (sem comentários). 9.1. Gabarito	779 783		
		CAPÍTULO VIII SUJEITOS NO PROCESSO PENAL	
		1. A relação processual penal.....	785
		2. Órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público.....	786
		2.1. Juiz	786
		2.2. Ministério Público.....	788
		2.2.1. Considerações gerais e o Novo Código de Processo Civil.....	788
		2.2.2. Organização e atuação	790
		2.2.3. Impedimento e suspeição do presentante do Ministério Público ..	790
		2.2.4. Princípios atinentes ao Ministério Público.....	791
		2.3. Funcionários do Poder Judiciário	792
		2.4. Auxiliares do juízo.....	793
		3. Acusado e defensor	794
		4. Querelante	798
		5. Assistente do Ministério Público.....	798
		6. Assistente da defesa.....	801
		7. Quadro Sinótico.....	802
		8. Súmulas aplicáveis	804
		8.1. STF.....	804
		8.2. STJ	804
		9. Informativos recentes.....	804
		9.1. STJ	804
		9.2. STF.....	805
		10. Questões de concursos públicos	809
		11. Gabarito Anotado	812
		12. Questões discursivas com comentários	813
		13. Questões para treinar (sem comentários) 13.1. Gabarito.....	813 816
		CAPÍTULO IX PRISÕES	
		1. Conceito.....	817
		2. Formalidades e execução	818
		2.1. Mandado de prisão	818
		2.2. Restrição de horário e inviolabilidade domiciliar	820
		2.3. Prisão em perseguição	821
		2.4. Prisão em território diverso da atuação judicial.....	822
		2.5. Prisão especial	823
		2.6. Emprego de força e uso de algemas...	825
		2.7. Emprego de força e uso de instrumentos não letais (Lei nº 13.060/2014)	828

2.8. Regime disciplinar diferenciado (RDD)	829	8.1. Conceito.....	860
3. Prisão em flagrante	831	8.2. Decretação.....	861
3.1. Conceito.....	831	8.3. Cabimento	861
3.2. Espécies de flagrante.....	832	8.3.1. Imprescindibilidade para as investigações do inquérito policial (inciso I)	862
3.2.1. Flagrante próprio (propriamente dito, real ou verdadeiro)	832	8.3.2. Indiciado não tem residência fixa ou não fornece elementos para sua identificação (inciso II)	863
3.2.2. Flagrante impróprio (irreal ou quase flagrante)	832	8.3.3. Quando houver fundadas razões, de acordo com qualquer prova admitida na legislação penal, de autoria ou participação do indiciado nos seguintes crimes relacionados (inciso III).....	863
3.2.3. Flagrante presumido (ficto ou assimilado)	832	8.4. Prazos.....	866
3.2.4. Flagrante compulsório ou obrigatório	833	8.4.1. Regra geral (art. 2º da Lei nº 7.960/1989)	866
3.2.5. Flagrante facultativo.....	833	8.4.2. Crimes hediondos e assemelhados.....	866
3.2.6. Flagrante esperado.....	833	8.5. Procedimento	867
3.2.7. Flagrante preparado ou provocado.....	833	9. Prisão decorrente da decisão de pronúncia.....	868
3.2.8. Flagrante prorrogado (retardado, postergado, diferido, estratégico ou ação controlada)	835	10. Prisão decorrente de sentença condenatória recorrível	870
3.2.9. Flagrante forjado.....	836	11. Prisão domiciliar	872
3.2.10. Flagrante por apresentação	837	12. Prisão administrativa	873
4. Flagrante nas várias espécies de crime.....	838	13. Prisão civil (poder geral cautelar e remissão ao novo CPC).....	875
4.1. Crime permanente	838	14. Prisão para averiguações.....	876
4.2. Crime habitual	838	15. “Difusões vermelhas” (<i>red notices</i>) e a prisão para fins de extradição – Lei nº 12.878/2013.....	876
4.3. Crime de ação penal privada e pública condicionada.....	839	15.1. Difusão vermelha e a prisão para fins de extradição	877
4.4. Crime continuado.....	839	15.1.1. Difusão vermelha ordenada por autoridade judiciária brasileira	877
4.5. Infração de menor potencial ofensivo	840	15.1.2. Difusão vermelha oriunda de outro país (autoridade judiciária ou administrativa de Estado-membro estrangeiro) e prisão cautelar para fins de extradição.	878
5. Sujeitos do flagrante.....	841	16. Quadro Sinótico	880
5.1. Sujeito ativo.....	841	17. Súmulas aplicáveis.....	891
5.2. Sujeito passivo.....	841	17.1. STJ	891
5.3. Autoridade competente	842	17.2. STF.....	891
6. Procedimentos e formalidades	843	18. Informativos recentes.....	892
6.1. Nota de culpa	845	18.1. STJ	892
6.2. Remessa à autoridade.....	846		
6.3. Audiência de custódia	847		
7. Prisão preventiva	848		
7.1. Conceito.....	848		
7.2. Pressupostos.....	848		
7.3. As hipóteses de decretação	848		
7.4. Infrações que comportam a medida...	852		
7.5. Decretação e sistema recursal	855		
7.6. Fundamentação.....	857		
7.7. Revogação.....	858		
7.8. Apresentação espontânea.....	858		
7.9. Preventiva X excludentes de ilicitude .	859		
8. Prisão temporária	860		

18.2. STF.....	894
19. Questões de concursos públicos	896
20. Gabarito Anotado	899
21. Questões discursivas com comentários	900
22. Questões para treinar (sem comentários)	915
22.1. Gabarito	918

CAPÍTULO X LIBERDADE PROVISÓRIA E OUTRAS MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO

1. Conceito	919
2. Espécies	921
2.1. Liberdade provisória obrigatória	921
2.2. Liberdade provisória permitida	922
2.3. Liberdade provisória vedada	922
3. Liberdade provisória sem fiança	923
3.1. Liberdade provisória sem fiança e sem vinculação	923
3.2. Liberdade provisória sem fiança e com vinculação	925
3.2.1. Restrições	927
3.2.2. Fundamentação	930
3.2.3. Outras hipóteses de cabimento ..	931
3.2.4. Sistema recursal	931
4. Liberdade provisória mediante fiança	931
4.1. Fiança X liberdade provisória mediante fiança	932
4.2. Objetivos da fiança	932
4.3. Valor da fiança	933
4.3.1. Demais critérios para o arbitramento	934
4.4. Modalidades de fiança	935
4.5. Obrigações do afiançado	935
4.6. Vedações legais	936
4.6.1. Vedações do art. 323, CPP	938
4.6.2. Vedações do art. 324, CPP	939
4.6.3. Demais vedações	940
4.7. Quebra da fiança	941
4.8. Perda da fiança	942
4.9. Cassação da fiança	942
4.10. Reforço da fiança	943
4.11. Dispensa da fiança	944
4.12. Procedimento	944
4.13. Execução	945
5. Outras medidas cautelares diversas da prisão	945
5.1. Considerações gerais	945

5.1.1. Bipolaridade das medidas cautelares e poder geral de cautela no processo penal	946
5.1.2. Princípios informadores	947
5.2. Momento e legitimidade	949
5.3. Requisitos	949
5.4. Cautelares em espécie	950
6. Quadro Sinótico	953
7. Súmulas aplicáveis	961
7.1. STJ	961
7.2. STF	961
8. Informativos recentes	961
8.1. STJ	961
8.2. STF	962
9. Questões de concursos públicos	964
10. Gabarito Anotado	965
11. Questões discursivas com comentários	967
12. Questões para treinar (sem comentários)	971
12.1 Gabarito	972

CAPÍTULO XI ATOS DE COMUNICAÇÃO PROCESSUAL

1. Formas de comunicação processual	973
2. Citação	974
2.1. Conceito	974
2.2. Espécies	974
2.2.1. Citação pessoal	975
2.2.2. Citação por edital	977
2.2.3. Citação por hora certa e remissões ao Novo Código de Processo Civil	980
3. Intimação, notificação e contagem de prazos (remissões ao Novo CPC)	982
4. Revelia e suspensão do processo penal	985
5. Informatização do processo judicial	988
6. Quadro Sinótico	990
7. Súmulas Aplicáveis	992
7.1. STJ	992
7.2. STF	992
8. Informativos recentes	993
8.1. STJ	993
8.2. STF	994
9. Questões de concursos públicos	996
10. Gabarito Anotado	998
11. Questões discursivas com comentários	999
12. Questões para treinar (sem comentários)	1001
12.1. Gabarito	1002

CAPÍTULO XII SENTENÇA

1. Noção de sentença	1003
1.1. Introdução: sistema processual penal e a influência do Novo Código de Processo Civil	1003
1.2. Outros atos judiciais	1005
2. Classificação das sentenças	1005
2.1. Natureza jurídica das sentenças	1005
2.2. Outras classificações	1007
3. Fundamentação e estrutura das sentenças: a constituição, o convencimento motivado e as repercussões do Novo Código de Processo Civil	1009
3.1. Fundamentação <i>per relationem</i> ou <i>aliunde</i>	1009
3.2. Estruturação da sentença	1010
3.2.1. <i>Emendatio libelli</i>	1011
3.2.2. <i>Mutatio libelli</i>	1013
4. Sentenças em processo penal condenatório e seus efeitos	1019
4.1. Sentença condenatória	1019
4.1.1. Efeitos da sentença penal condenatória	1023
4.1.2. Efeito prodômico da sentença penal condenatória ou <i>non reformatio in pejus</i>	1027
4.1.3. Técnica da sentença penal condenatória	1029
4.2. Sentença absolutória	1031
4.3. Sentença declaratória de extinção da punibilidade	1034
4.4. Publicação e intimação da sentença	1035
5. Coisa julgada e preclusão	1037
6. Quadro Sinótico	1039
7. Súmulas aplicáveis	1046
7.1. STJ	1046
7.2. STF	1046
8. Informativos recentes	1046
8.1. STJ	1046
8.2. STF	1048
9. Questões de concursos públicos	1049
10. Gabarito Anotado	1053
11. Questões discursivas com comentários	1054
12. Questões para treinar (sem comentários)	1063
12.1. Gabarito	1066

CAPÍTULO XIII PROCEDIMENTOS

1. Considerações Gerais	1067
2. Procedimento comum	1068
2.1. Procedimento comum ordinário (artigos 394 a 405, CPP) e os reflexos do Novo Código de Processo Civil	1069
2.1.1. Questões complementares	1077
2.1.1.1. Natureza jurídica e efeitos do recebimento da petição inicial	1077
2.1.1.2. Interrogatório: renovação e momento processual	1077
2.1.1.3. Testemunhas: número e método de inquirição	1078
2.1.1.4. Defesa preliminar	1079
2.1.1.5. Debates orais e sentença	1080
2.1.1.6. Tessitura principiológica e a aplicação do Novo Código de Processo Civil por analogia	1082
2.1.2. Sequência	1083
2.2. Procedimento comum sumário (artigos 531 a 536, CPP)	1085
2.2.1. Sequência	1086
2.3. Procedimento comum sumaríssimo (juizados especiais criminais)	1088
2.3.1. Considerações iniciais	1088
2.3.2. Fase preliminar	1089
2.3.3. Audiência preliminar	1090
2.3.4. Procedimento sumaríssimo	1095
3. Procedimentos especiais	1099
3.1. Crimes afiançáveis imputados a funcionário público	1100
3.1.1. Peculiaridades do procedimento	1101
3.1.2. Sequência	1103
3.2. Crimes contra a honra	1104
3.2.1. Sequência	1106
3.3. Entorpecentes	1106
3.3.1. Sequência	1111
3.4. Procedimento especial para os crimes falimentares	1112
3.5. Outros procedimentos especiais	1114
3.5.1. Procedimento criminal da ação penal originária dos tribunais	1114
3.5.2. Procedimento para os crimes contra a propriedade imaterial	1116
3.5.3. Procedimento para a restauração de autos extraviados	1118

4. Procedimento especial dos crimes dolosos contra a vida.....	1120
4.1. Fundamentos do tribunal do júri	1120
4.2. Princípios reitores.....	1121
4.3. Características.....	1123
4.4. Rito especial do júri.....	1124
4.4.1. <i>Judicium accusationis</i>	1125
4.4.1.1. “Sentença” de pronúncia	1127
4.4.1.2. Impronúncia	1132
4.4.1.3. Despronúncia	1133
4.5. Sentença de absolvição sumária	1133
4.6. Decisão de desclassificação da infração penal contra a vida	1136
4.7. Rito especial do júri: <i>judicium causae</i>	1138
4.8. Libelo (revogado).....	1139
4.9. Contrariedade ao libelo (revogada)	1141
4.10. Desaforamento	1142
4.11. Instalação da sessão do júri	1143
4.11.1. Noção de sessão do júri	1143
4.11.2. Alistamento dos jurados	1144
4.11.3. Organização da pauta.....	1144
4.11.4. Sorteio e convocação dos jurados	1145
4.11.5. Função de jurado	1145
4.11.6. Reunião e sessões do tribunal do júri.....	1147
4.12. Formação do conselho de sentença .	1150
4.13. Atos instrutórios	1151
4.14. Debates e poderes do juiz.....	1152
4.15. Formulação dos quesitos e votação..	1154
4.16. Sentença e ata da sessão	1158
5. Procedimento especial dos crimes militares	1159
6. Quadro Sinótico	1165
7. Súmulas Aplicáveis.....	1185
7.1. STJ	1185
7.2. STF.....	1185
8. Informativos recentes.....	1186
8.1. STJ	1186
8.2. STF.....	1188
9. Questões de concursos públicos.....	1190
10. Gabarito Anotado	1193
11. Questões discursivas com comentários	1195
12. Questões para treinar (sem comentários)	1209
12.1. Gabarito.....	1212

CAPÍTULO XIV RECURSOS

1. Teoria geral dos recursos.....	1213
1.1. Conceito	1213
1.2. Natureza jurídica.....	1214
1.3. Fundamentos e o duplo grau de jurisdição.....	1215
1.4. Princípios recursais e as remissões ao Novo Código de Processo Civil	1216
1.5. Impedimentos	1226
1.6. Pressupostos de admissibilidade recursal	1227
1.6.1. Pressupostos objetivos de admissibilidade recursal e os reflexos do Novo Código de Processo Civil.....	1228
1.6.2. Pressupostos subjetivos de admissibilidade recursal.....	1234
1.6.3. Juízo de admissibilidade e competência recursal	1237
1.7. Efeitos recursais.....	1239
1.8. Extinção dos recursos.....	1243
2. Recursos em espécie	1245
2.1. Apelação	1245
2.1.1. Noção.....	1245
2.1.2. Interposição.....	1247
2.1.3. Cabimento	1249
2.1.4. Processamento	1252
2.1.5. Julgamento	1256
2.2. Recurso em sentido estrito	1259
2.2.1. Noção.....	1259
2.2.2. Interposição.....	1260
2.2.3. Cabimento	1260
2.2.4. Processamento	1266
2.2.5. Julgamento	1269
2.3. Carta testemunhável	1270
2.3.1. Noção.....	1270
2.3.2. Interposição.....	1270
2.3.3. Cabimento	1272
2.3.4. Processamento	1274
2.3.5. Julgamento	1276
2.4. Correição Parcial.....	1276
2.4.1. Noção.....	1276
2.4.2. Interposição.....	1277
2.4.3. Cabimento	1278
2.4.4. Processamento.....	1279

2.4.5. Julgamento	1279	2.11. Recurso ordinário constitucional (e remissões ao Novo Código de Processo Civil)	1311
2.5. “Embarginhos” e embargos de declaração (e os reflexos do Novo Código de Processo Civil)	1280	2.11.1. Noção	1311
2.5.1. Noção.....	1280	2.11.2. Interposição.....	1312
2.5.2. Interposição.....	1280	2.11.3. Cabimento.....	1313
2.5.3. Cabimento	1280	2.11.4. Processamento.....	1314
2.5.4. Processamento.....	1281	2.11.5. Julgamento	1315
2.5.5. Julgamento	1282	2.12. Agravo contra decisão denegatória de recurso especial ou de recurso extraordinário (denominado “agravo em recurso especial e extraordinário” pelo Novo Código de Processo Civil)	1315
2.6. Protesto por novo júri (revogado).....	1283	2.12.1. Noção	1315
2.6.1. Noção.....	1283	2.12.2. Interposição.....	1318
2.6.2. Interposição.....	1285	2.12.3. Cabimento	1320
2.6.3. Cabimento	1285	2.12.4. Processamento.....	1320
2.6.4. Processamento.....	1286	2.12.5. Julgamento	1321
2.6.5. Julgamento	1287	2.13. Embargos de divergência e a disciplina do Novo Código de Processo Civil	1322
2.7. Agravo regimental	1287	2.13.1. Noção	1322
2.7.1. Noção.....	1287	2.13.2. Interposição.....	1322
2.7.2. Interposição.....	1288	2.13.3. Cabimento	1322
2.7.3. Cabimento	1288	2.13.4. Processamento.....	1323
2.7.4. Processamento.....	1289	2.13.5. Julgamento	1324
2.7.5. Julgamento	1290	2.14. Agravo em execução	1324
2.8. Embargos infringentes e de nulidade .	1290	2.14.1. Noção	1324
2.8.1. Noção.....	1290	2.14.2. Interposição.....	1325
2.8.2. Interposição.....	1291	2.14.3. Cabimento	1325
2.8.3. Cabimento	1291	2.14.4. Processamento.....	1326
2.8.4. Processamento.....	1293	2.14.5. Julgamento	1327
2.8.5. Julgamento	1294	2.15. Reclamação contra a lista geral de jurados	1327
2.9. Recursos especial e extraordinário (reflexos do Novo CPC na regulamentação do processamento de recursos extraordinário e especial; repercussão geral e recursos repetitivos) ..	1295	2.15.1. Noção	1327
2.9.1. Noção.....	1295	2.15.2. Interposição.....	1327
2.9.2. Interposição.....	1296	2.15.3. Cabimento	1327
2.9.3. Cabimento	1298	2.15.4. Processamento.....	1327
2.9.4. Processamento.....	1302	2.15.5. Julgamento	1328
2.9.5. Julgamento	1306	2.16. Incidente de resolução de demandas repetitivas: aplicação ao processo penal das disposições do Novo Código de Processo Civil	1328
2.10. Reclamação constitucional e as repercussões do Novo Código de Processo Civil	1308	2.16.1. Noção	1328
2.10.1. Noção	1308	2.16.2. Iniciativa	1328
2.10.2. Interposição.....	1309	2.16.3. Cabimento	1328
2.10.3. Cabimento	1309	2.16.4. Processamento.....	1329
2.10.4. Processamento.....	1310	2.16.5. Julgamento	1329
2.10.5. Julgamento	1311		

3. Quadro Sinótico.....	1331	4.1. Falta ou deficiência de defesa.....	1399
4. Súmulas aplicáveis.....	1359	4.2. Ilegitimidade da parte.....	1401
4.1. STJ.....	1359	4.3. Incompetência do juízo.....	1404
4.2. STF.....	1359	4.4. Incompatibilidade, impedimento, suspeição ou suborno do juiz.....	1406
5. Informativos recentes.....	1361	4.5. Inexistência ou defeito de peça acusatória ou de representação.....	1408
5.1. STJ.....	1361	4.6. Ausência de intervenção do Ministério Público.....	1409
5.2. STF.....	1362	4.7. Ausência ou defeito de citação e do interrogatório do réu.....	1410
6. Questões de concursos públicos.....	1364	4.8. Sentença de pronúncia e libelo- crime acusatório (revogado) defeituosos..	1412
7. Gabarito Anotado.....	1367	4.9. Não-intimação do réu da data de julgamento pelo júri.....	1414
8. Questões discursivas com comentários.....	1368	4.10. Presença de pelo menos quinze jurados para o júri.....	1414
9. Questões para treinar (sem comentários). 1374		4.11. Concessão de prazos processuais.....	1415
9.1. Gabarito.....	1375	4.12. Falta de intimação de testemunhas..	1417
		4.13. Falta de exame de corpo de delito nos crimes que deixam vestígios.....	1419
		4.14. Irregularidade no sorteio e incomunicabilidade dos jurados.....	1420
		4.15. Defeito ou contradição na quesitação e nas respectivas respostas no júri.....	1421
		4.16. Irregularidades surgidas nos debates perante o tribunal popular.....	1422
		4.17. Vícios na sentença.....	1423
		4.18. Descumprimento de disposição que preconiza reexame necessário.....	1426
		4.19. Falta ou irregularidade na intimação de atos processuais.....	1427
		4.20. Descumprimento do quorum legal de julgamento nos tribunais.....	1429
		4.21. Omissão de formalidade essencial de ato processual.....	1429
		4.22. Nulidades no inquérito policial.....	1430
		4.22.1. Divergência doutrinária.....	1430
		4.22.2. Jurisprudência.....	1431
		5. Reconhecimento judicial da nulidade e saneamento do ato processual penal.....	1432
		6. Quadro Sinótico.....	1432
		7. Súmulas aplicáveis.....	1444
		7.1. STF.....	1444
		8. Informativos recentes.....	1444
		8.1. STJ.....	1444
		8.2. STF.....	1446
		9. Questões de concursos públicos.....	1448
1. Nulidades processuais em geral.....	1377		
1.1. Introdução.....	1377		
1.1.1. Noção de nulidade.....	1377		
1.1.2. Sistemas de nulidades: rol exemplificativo X rol taxativo.....	1378		
1.1.3. Fundamento constitucional.....	1379		
1.1.4. Tipicidade e atipicidade do ato processual.....	1381		
1.1.5. Elementos e formalidades do ato processual penal.....	1382		
1.1.6. Confronto doutrinário.....	1383		
1.2. Classificações das nulidades.....	1383		
1.2.1. Influência do direito privado.....	1383		
1.2.2. Fundamento das classificações... 1384			
1.2.3. Divergências na terminologia classificatória.....	1384		
1.2.4. Doutrina clássica X nova doutrina das nulidades processuais.....	1384		
1.2.5. Vantagens e desvantagens da adoção de uma classificação.....	1385		
1.2.6. Relativização das nulidades processuais.....	1386		
1.2.7. Classificações na doutrina.....	1386		
1.3. Princípios informativos das nulidades 1389			
1.3.1. O princípio da boa fé objetiva e o <i>duty to mitigate the loss</i> na esfera criminal.....	1394		
2. Inexistência dos atos processuais.....	1395		
3. Nulidades absolutas e relativas.....	1396		
3.1. A arguição de nulidade.....	1396		
3.2. Efeitos.....	1398		
4. Hipóteses passíveis de reconhecimento judicial de nulidade.....	1398		

10. Gabarito Anotado	1451	4.1. Fundamentos.....	1495
11. Questões discursivas com comentários	1453	4.2. Cabimento	1496
12. Questões para treinar (sem comentários) 1456		4.3. Processamento e julgamento.....	1497
12.1. Gabarito	1457	4.3.1. Competência	1497
CAPÍTULO XVI			
AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO			
1. De ordem geral.....	1459	4.3.2. Legitimidade <i>ad causam</i>	1498
2. <i>Habeas corpus</i>	1460	4.3.3. Propositura	1500
2.1. Fundamentos.....	1460	4.3.4. Rito da revisão criminal e remissão ao Novo Código de Processo Civil.....	1500
2.2. Natureza jurídica.....	1461	4.3.5. Julgamento e indenização	1501
2.3. Cabimento	1462	5. Quadro Sinótico.....	1503
2.3.1. Violação à liberdade de ir e vir ...	1462	6. Súmulas aplicáveis.....	1516
2.3.2. <i>Habeas corpus</i> preventivo, repressivo e suspensivo	1466	6.1. STJ	1516
2.3.3. Crime com pena privativa de liberdade.....	1467	6.2. STF.....	1516
2.3.4. Transgressão disciplinar	1468	7. Informativos recentes.....	1517
2.4. Processamento e julgamento.....	1469	7.1. STJ	1517
2.4.1. Competência	1469	7.2. STF.....	1519
2.4.2. Legitimidade ativa e passiva	1472	8. Questões de concursos públicos.....	1522
2.4.3. Forma de propositura	1474	9. Gabarito Anotado.....	1524
2.4.4. Rito processual	1474	10. Questões discursivas com comentários	1525
2.4.5. Julgamento	1477	11. Questões para treinar (sem comentários) 1526	
2.4.6. Trancamento do inquérito, do processo ou do termo circunstanciado de ocorrência	1479	11.1. Gabarito	1527
2.4.7. <i>Habeas corpus ex officio</i> , liberdade provisória e relaxamento de prisão	1479	CAPÍTULO XVII	
2.4.8. Recursos em <i>habeas corpus</i> e <i>habeas corpus</i> substitutivo	1480	PRONUNCIAMENTO	
2.4.9. Jurisprudência defensiva: o <i>habeas corpus</i> substitutivo de recurso ordinário constitucional e a concessão de <i>habeas corpus</i> de ofício	1482	1. Audiências e sessões	1529
3. Mandado de Segurança.....	1483	2. Publicidade	1530
3.1. Fundamentos.....	1483	3. Poder de polícia do juiz	1530
3.2. Cabimento	1484	4. Prazos.....	1531
3.3. Processamento e julgamento.....	1487	4.1. Prazos penais X prazos processuais ...	1531
3.3.1. Competência	1487	4.2. Fluência dos prazos processuais e a não aplicação do Novo Código de Processo Civil no ponto	1532
3.3.2. Legitimidade ativa e passiva	1488	4.3. Prazos processuais em espécie	1534
3.3.3. Procedimento do mandado de segurança e remissão ao Novo Código de Processo Civil	1490	4.4. Princípios informadores da disciplina dos prazos processuais.....	1536
3.3.4. Julgamento	1493	5. Retirada de autos.....	1537
3.4. Mandado de segurança coletivo.....	1494	6. Custas processuais e aplicação do Novo Código de Processo Civil.....	1538
4. Revisão Criminal	1495	7. Substituição do escrivão/diretor de secretaria	1540
		8. Estatística judiciária criminal	1540
		9. Quadro sinótico	1541
		10. Súmulas Aplicáveis.....	1544
		10.1. STJ	1544
		10.2. STF.....	1544
		11. Informativos recentes.....	1544
		11.1. STF.....	1544

11.2. STJ	1545
12. Questões de concursos públicos	1546
13. Gabarito Anotado	1547
14. Questões discursivas com comentários	1548

CAPÍTULO XVIII TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL

1. Sistema internacional de persecução criminal	1549
2. Jurisdição e competência	1551
2.1. Competência material irretroativa	1551
2.2. Atuação da jurisdição do Tribunal Penal Internacional	1552
2.3. Princípios informadores da jurisdição e da competência do Tribunal Penal Internacional	1553
3. Princípios informadores do Direito Penal e do Processo Penal Internacional ...	1555
4. Inquérito	1557
5. Procedimento criminal	1557
5.1. Juízo de Instrução	1557
5.2. Juízo de Julgamento	1559
5.3. Juízo de Recursos	1561
6. Execução da pena	1562
7. Quadro sinótico	1562
8. Informativos recentes	1566
8.1. STF	1566
9. Questões de concursos públicos	1567
10. Gabarito Anotado	1567
11. Questões discursivas com comentários	1568

CAPÍTULO XIX EXECUÇÃO PENAL

1. Considerações gerais	1571
1.1. Noção	1571
1.2. Natureza jurídica da execução penal ..	1572
1.3. Autonomia do processo executivo penal	1573
2. Requisitos da execução penal	1574
3. Objetivos da execução penal	1574
4. Princípios e garantias da execução penal ..	1575
4.1. Devido processo legal	1575
4.2. Juízo competente	1575
4.3. Individualização da pena	1576
4.4. Personalização da pena	1577
4.5. Legalidade e irretroatividade da lei	1578
4.6. Contraditório e ampla defesa	1579

4.7. Direito à prova	1580
4.8. Isonomia	1580
4.9. Direito a não autoincriminação	1580
4.10. Reeducação	1581
4.11. Duplo grau de jurisdição	1581
4.12. Humanização	1582
4.13. Cooperação comunitária	1582
4.14. Oficialidade	1582
4.15. Publicidade	1583
4.16. Aplicação ao preso provisório	1583
4.17. Motivação das decisões	1583
5. Órgãos da execução penal	1583
6. Estabelecimentos para cumprimento de pena	1586
6.1. Definição do estabelecimento	1586
6.2. Penitenciária	1587
6.3. Colônia agrícola, industrial ou similar ..	1588
6.4. Casa do Albergado	1588
6.5. Centro de Observação	1589
6.6. Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico	1589
6.7. Cadeia pública	1589
7. Jurisdição e competência da execução penal	1590
8. Restrição de direitos na execução da pena	1590
8.1. Deveres	1590
8.2. Direitos	1591
8.3. Direitos políticos	1592
8.4. Visita	1592
8.5. Comunicação	1593
8.6. Assistência	1593
8.6.1. Assistência material	1593
8.6.2. Assistência à saúde	1593
8.6.3. Assistência jurídica	1594
8.6.4. Assistência educacional	1594
8.6.5. Assistência social	1594
8.6.6. Assistência religiosa	1594
8.6.7. Assistência ao egresso	1594
8.7. Trabalho	1595
8.8. Faltas disciplinares	1596
8.8.1. Espécies	1597
8.8.2. Apuração, defesa técnica e aplicação	1598
8.9. Regime Disciplinar Diferenciado	1599
8.10. Sanções	1600
8.11. Recompensas	1601

9. Intervenção do Ministério Público na execução penal.....	1601	11. Tecnologia aplicada à execução penal – Lei nº 12.714/2012.....	1635
10. Processo de execução penal.....	1601	12. Quadro Sinótico.....	1637
10.1. Penas privativas de liberdade.....	1601	13. Súmulas aplicáveis.....	1649
10.2. Penas restritivas de direito.....	1602	13.1. STJ.....	1649
10.3. Pena de multa e a impenhorabilidade do salário mantida pelo Novo Código de Processo Civil.....	1605	13.2. STF.....	1649
10.4. Medida de segurança.....	1607	14. Informativos recentes.....	1650
10.5. Prisão albergue domiciliar.....	1610	14.1. STJ.....	1650
10.6. Procedimento da execução penal.....	1610	14.1.1. Saída temporária.....	1650
10.6.1. Iniciativa.....	1610	14.1.2. Detração penal.....	1650
10.6.2. Guia de execução penal.....	1610	14.1.3. Falta grave.....	1651
10.6.3. Processamento.....	1611	14.1.4. Trabalho externo.....	1651
10.7. Execução provisória da pena.....	1611	14.1.5. Programas de recuperação.....	1652
10.8. Regressão de regime.....	1613	14.1.6. Progressão de regime.....	1652
10.8.1. Regressão cautelar.....	1614	14.1.7. Regime de cumprimento de pena.....	1653
10.9. Progressão de regime.....	1614	14.1.8. Remição.....	1653
10.9.1. Requisitos.....	1614	14.1.9. Substituição da pena.....	1654
10.9.2. Progressão por salto.....	1617	14.1.10. Outros temas.....	1654
10.10. Incidentes e conversões.....	1618	14.2. STF.....	1655
10.10.1. Doença mental superveniente.....	1619	14.2.1. Falta grave.....	1655
10.10.2. Desvio e excesso de execução.....	1619	14.2.2. Execução provisória da pena.....	1655
10.10.3. Anistia e indulto.....	1619	14.2.3. Remição.....	1656
10.11. Remição.....	1622	14.2.4. Regime de cumprimento da pena.....	1657
10.12. Detração penal.....	1625	14.2.5. Progressão de regime.....	1658
10.13. Autorizações de saída.....	1625	14.2.6. Trabalho Externo.....	1658
10.14. Livramento condicional.....	1627	14.2.7. Outros temas.....	1659
10.15. Monitoração eletrônica.....	1630	15. Questões de concursos públicos.....	1662
10.16. Suspensão condicional da pena.....	1631	16. Gabarito anotado.....	1667
10.17. Meios de impugnação.....	1633	17. Questões discursivas com comentários.....	1668
10.17.1. Recursos.....	1633	18. Questões para treinar (sem comentários).....	1675
10.17.2. Ações autônomas de impugnação.....	1634	18.1. Gabarito.....	1678
10.18. Extinção de punibilidade pelo cumprimento da pena.....	1634		